



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL: ESTUDOS E CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE GROSSOS - RN

Gledson Freire Cavalcante

Faculdade Interamericana de Ciências Sociais FICS - gledson.freire@hotmail.com

Francisco Batista Gomes Junior

Faculdade Interamericana de Ciências Sociais FICS - juniorceape@hotmail.com

Mara Thayse Fernandes Costa

Faculdade Interamericana de Ciências Sociais FICS - marathayse@hotmail.com

Maria Geiza Ferreira Freire

Associação solidária de líderes de Mossoró ASLIM - mgeizafferreira@msn.com

RESUMO: A inclusão social surgiu como oposição à prática da exclusão, em seu sentido total, os “diferentes” eram considerados incapazes, levando assim uma vida sem grandes perspectivas. Ainda hoje, na educação existem muitas discussões referentes à inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, pois implica numa mudança de paradigmas, causando alterações na prática educativa e desacomodando toda a comunidade escolar. A escolha por esse tema surgiu pela dificuldade que a escola comum e seus profissionais apresentam no cotidiano em sala de aula, ao trabalhar com a inclusão. Desta forma o objetivo geral desta pesquisa é identificar as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão dos alunos com deficiências, a fim de provocar desafios para a construção de uma proposta inclusiva que garanta a todos os alunos educação acessível e com qualidade. A metodologia utilizada para essa pesquisa foi a observação direta e a coleta de dados através de entrevistas com perguntas fechadas e abertas num questionário semi estruturado aplicado a professores da rede pública da cidade de Grossos/RN que atuam com crianças com necessidades especiais. Através da pesquisa é possível reconhecer que para a educação inclusiva acontecer na prática, é necessária a qualidade, eficiência e competência dos gestores educacionais, bem como a disponibilidade de recursos e oferecimento de boa estrutura escolar pelas políticas públicas, pois a educação inclusiva necessita do seu cumprimento, acordado à qualidade que a legislação brasileira oferece. Em face do quadro apresentado, tornam-se evidentes os obstáculos à proposta de inclusão. O principal deles parece ser a falta de preparo do professor para atuar com esses alunos, direcionando assim a necessidade da implantação de uma política de qualificação voltada para aos profissionais da educação.

Palavras-Chave: Inclusão. Educação Especial. Educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão social surgiu como oposição à prática da exclusão, em seu sentido total, os “diferentes” eram considerados incapazes, levando assim uma vida sem grandes perspectivas. Ainda hoje, na educação existem muitas discussões referentes à inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, pois implica numa mudança de paradigmas, causando alterações na prática educativa e desacomodando toda a comunidade escolar.



Nas últimas décadas e mais especificamente a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais no ensino regular tem sido tema de pesquisas e de eventos científicos, abordando-se desde os pressupostos teóricos político filosófico até formas de implementação das diretrizes estabelecidas na referida declaração.

Entre os diversos enfoques pesquisados está o que envolve as opiniões de docentes e demais profissionais da comunidade escolar sobre a proposta inclusiva e sua participação neste tipo de projeto. Uma vez que professores e diretores apresentam funções essenciais na estrutura e no funcionamento do sistema educacional, suas opiniões podem fornecer subsídios relevantes para a compreensão de como estão sendo desenvolvidos projetos dessa natureza.

É sábio que os fundamentos teóricos metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências.

A escolha por esse tema surgiu pela dificuldade que a escola comum e seus profissionais apresentam no cotidiano em sala de aula, ao trabalhar com a inclusão.

O planejamento do professor de educação especial não deve ser diferente do professor de classes regulares, pois, num sentido mais amplo, deve atender a todos.

É importante que os professores, demais alunos e famílias se adaptem ao meio que a criança inclusa está inserida, dando a devida importância para tamanha contribuição na vida escolar dessa criança.

Ao analisarmos essas dificuldades, sentimos grande necessidade de rever conceitos e a formação adequada para os professores, levantando suas dificuldades em sala de aula, tentando viabilizar melhores condições para o seu trabalho e trazendo para o meio escolar um aproveitamento melhor de ambas as partes.

CONCEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para SASSAKI (1997, p. 41) inclusão é:



Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Para o autor FERREIRA (2005, p. 44) a inclusão envolve:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Em face disso, nota-se que a materialização da escola verdadeiramente inclusiva trabalha baseando-se na defesa de princípios e valores éticos, na projeção dos ideais de cidadania e justiça, nivelada a uma proposta que visa à promoção de práticas pedagógicas contemplando o aluno, individualmente, em sua maneira peculiar durante o processo de aprendizagem e envolvendo, com compromisso e empenho, a comunidade escolar.

Conceitua-se educação inclusiva através da interação, socialização e a própria construção do conhecimento. O cenário educacional deverá propiciar tais momentos.

A inclusão é um processo dinâmico e gradual, esta se resume em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p. 17).

O educador é o mediador e responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização do aluno com NEE, sendo a inclusão considerada uma tentativa de reedificar esse público, analisando desde os casos mais complexos aos mais singelos, pois uma educação de qualidade é direito de todos.

CONCEITO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas.



É organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Onde profissionais especializados como educador físico, professor, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional trabalham e atuam para garantir tal atendimento.

UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Analisando o período histórico da educação inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, é possível notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social.

Os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais, “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25).

Entretanto, no decorrer da história da humanidade, observa-se que as concepções sobre as deficiências foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p.25).

Em meados do século XIX encontra-se a fase de institucionalização especializada: aqueles indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados nas residências, proporcionando uma “educação” fora das escolas, “protegendo” o deficiente da sociedade, sem que esta tivesse que suportar o seu contato.

A partir do século XX, gradativamente, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente e emerge a nível mundial através de movimentos sociais de luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse período histórico corroboram as críticas sobre as práticas de ensino da época, conduzindo também questionamentos dos modelos análogos do ensino aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional.



A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. O adjetivo "inclusivo" é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência.

Para que se possa falar em educação especial e educação inclusiva, é fundamental que se reflita a história, atitudes e formas de vida em sociedade e os produtos de escolhas culturais que atendam as necessidades dos homens, num determinado contexto, numa determinada época.

Nos séculos XVI e XVII os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de instituições estatais. Para mudar esta situação começaram a surgir as primeiras experiências positivas: O frade Pedro Ponce de Leon (1509-1584), que em meados do século XVI, levou a cabo no Mosteiro de Oña a Educação de 12 crianças surdas com surpreendente êxito ele é reconhecido como iniciador do ensino para surdos e criador do método oral.

No final do século XVIII e início do século XIX inicia-se o período da institucionalização especializada de pessoas com deficiências, e é a partir de então que podemos considerar ter surgido a Educação Especial. Essa Educação acontecia em escolas fora das povoações, argumentando que o campo lhes proporcionaria uma vida mais saudável e alegre. Desta maneira se tranquiliza a consciência coletiva, pois estava a proporcionar cuidado e assistência para quem necessitava, protegendo o deficiente da sociedade sem que esta tivesse de suportar o seu contato.

A história da Educação Especial no Brasil tem como marcos fundamentais a criação do "Instituto dos Meninos Cegos" (hoje "Instituto Benjamin Constant") em 1854, e do "Instituto dos Surdos-Mudos" (hoje, "Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES") em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (BUENO, 1993; MAZZOTTA, 1996).

A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação. No entanto, não deixou de "se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos" (MAZZOTTA, 1996, p.29), nestas instituições.



Assim, a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento referiu-se mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas.

O PROFESSOR NO CENÁRIO DA INCLUSÃO

No século XVII, a mulher ficou responsável pela educação dos filhos até 7 anos e as meninas ficavam isoladas e aprisionadas até o casamento, encaixando-se em padrões considerados naturais amorosa, sensível e outras qualidades que se adequasse ao instinto maternal. Para muitos são essas características que levam a ter tantos profissionais na educação principalmente na educação infantil uma vez que as educadoras passam a ter valores de mães para essas crianças. A partir da década de 1960 é que as mulheres chegam às escolas nas condições de estudante, e depois de muitas conquistas nas condições de docente.

A função do professor teve início no Brasil na primeira metade do século XIX, começou com os homens tanto no ensino particular, de caráter religioso e até mesmo no ensino primário. Dados de uma pesquisa realizada em 2003 pelo Ministério do Trabalho e Educação, relata que 98,5% dos professores de educação infantil são mulheres, já nas quatro primeiras séries do fundamental esse número cai para 85%, mas ainda é muito maior referente ao número de homens. A partir da década de 1960 é que as mulheres chegam às escolas nas condições de estudante, e depois de muitas conquistas nas condições de docente.

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade a sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Embora em muitas escolas acreditem que o objetivo é só cuidar para que estejam bem alimentadas e não se machuquem a partir do momento que são atribuídos esses valores à educadora, cria-se um vínculo de carinho e a atenção e muitas vezes esse carinho se confunde com o carinho de mãe. A maneira que professor e aluno se relacionam cria a afetividade que faz com que essa relação se fortaleça ainda mais. O aprendizado desse aluno se dá no cotidiano, porque é através da prática que se constrói o conhecimento.

Talvez, o significado da palavra - incluir, não esteja ligado a inserir pessoas diferentes na sociedade e sim fazer um trabalho diferenciado



com essas pessoas, um trabalho que possibilite a autonomia, porque o professor deve estar em constante aprendizagem, buscando informações e estar sempre disposto a ouvir o aluno para um melhor desempenho do seu trabalho. Ao desenvolver seu planejamento, o professor tem que pensar no que ele está preparando e para quem ele está preparando, para que depois não venha a se frustrar, então terá que repensar sobre o seu planejamento e aplicar um olhar diferente sobre o seu trabalho. É de grande importância, também, que o professor divida com outros profissionais da educação os seus avanços e retrocessos, nem todos os profissionais sabem de tudo.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no período de agosto de 2016 a dezembro de 2016, na turma de Especialização em Educação Inclusiva, na Cidade de Grossos, Rio Grande do Norte que foi de caráter qualiquantitativo. O município de Grossos/RN está localizado na mesorregião do Oeste Potiguar, e na microrregião do município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ultimo censo, sua população está estimada em 9.393. Área territorial de 126 km². À distância da sede do Município da Capital em Natal é de 332 km.

Limita-se com os municípios de Tibau, Mossoró, Areia Branca e o Oceano Atlântico.

No que diz respeito ao sistema educacional, a região conta com 15 escolas da Rede Pública.

TABELA 01: Demonstrativo da rede de Ensino Básico do município de Grossos/RN.

Rede de ensino	Escolas	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Estadual	01	–	01	01
Municipal	07	07	-	–
Total	08	07	01	01

Fonte: Levantamento feito pela pesquisadora nas escolas em 2007

A amostra foi coletada pela turma de especialização em Educação inclusiva, na cidade de Grosso, que conta do 538 alunos. Os mesmos passaram um período de observação em escolas onde havia crianças especiais. Só foi aproveitada a pesquisa de 09 alunos, pois estavam dentro do padrão. O trabalho de três alunos não respondeu ao



questionário. Como apresenta a **Tabela 02**.

TABELA 02: Distribuição dos alunos de pós- graduação da turma de Educação Inclusiva.

Total de Alunos	Participaram da pesquisa	Fizeram estagio com crianças especiais
12	09	12

Os professores apresenta especialização na sua formação profissional, ou seja, graduados na própria área do conhecimento. Representado na **Tabela 03**.

TABELA 03: Distribuição dos professores que participaram das entrevistas.

Código	Professores	Formação	Esfera e ensino
A	D S F	Pós-graduação	Municipal
B	M F G	Pós-graduação	Municipal
C	F E F S	Pós-graduação	Municipal
D	DMOA	Pós-graduação	Estadual

Para a definição das escolas selecionadas, levaram-se em conta os seguintes critérios para sua escolha:

- Escolas que tivessem alunos especiais;
- Localização em zona urbana e rural;
- Concordância com a realização da pesquisa e com a presença do pesquisador.

Considerando o objeto de estudo selecionaram-se três escolas públicas, uma municipal e outra estadual que atende Educação Inclusiva, estando, ambas localizadas na zona urbana.

Para a realização da pesquisa a receptividade das escolas selecionadas foi de fundamental importância, o que contribuiu significativamente para escolha. Entretanto, por questões éticas estas serão definidas, doravante de Escola “A” “B” e escola “C”.

A escola “A” conta, atualmente, com 275 (duzentos e setenta e cinco) alunos. Enquanto a escola “B” atende 109 (cento e nove) educandos, escola “C” conta com 154 (cento e cinquenta e quatro) alunos, em ambos a receptividade é feita por 01 (uma) diretora, 01 (uma) vice-diretora, 01 (uma secretária) e auxiliares de apoio e 26 (vinte e seis) professores conforme quadro abaixo:



TABELA 04: Corpo administrativo docente das escolas (A, B e C)

Nº de ordem	Funcionário	Quantidade
01	Diretora	03
02	Vice – diretora	02
03	Coordenação Pedagógica	02
04	Secretária	02

TABELA 05: Serviço geral, inspetoria e vigilância das escolas (A, B e C)

Nº de ordem	Funcionário	Quantitativo
01	Zeladores	08
02	Vigias	05
03	Porteiro	03
04	Merendeira	06

A escola “A” funciona em horário matutino e vespertino, uma das 7h30min às 11h30min e a outra das 13h00min às 17h00min, com intervalo de 15 min para o lanche nos respectivos horários. A modalidade é da Educação Infantil, Fundamental (Anos Iniciais), do 1º ao 5º Ano; e, Fundamental (Anos Finais), do 6º ao 9º Ano, do Ensino regular.

O professor entrevistado da escola “A” trabalha com crianças especiais no turno matutino, na sala do 6º ano, onde tem 28 alunos e dois desses são especiais.

A escola “B” funciona os dois horários, assim como a anterior, sendo que só oferta o ensino a crianças na faixa etária de 1 ano e 8 meses a 4 anos e 6 meses. A criança especial desta escola tem 3 anos de idade e já vem de uma outra instituição.

A escola “C” funciona os dois turnos com alunos até o 9º ano. A professora pesquisada leciona as turmas do 6º e 9º ano, onde a criança especial encontra-se nesta última. O outro professor ensina a criança especial na turma do 6º ano.

Todas as escolas destacam-se por apresentar uma abordagem interdisciplinar e professores bastante dedicados quanto ao assunto Inclusão. Para elas, conhecer a realidade escolar é de fundamental importância para que se evidenciem seus pormenores.



ANALISANDO OS RESULTADOS

Ao analisarmos os resultados feitos pelos alunos do curso de especialização na cidade de Grossos, observamos que muitas das vezes a vontade de exercer a profissão entra em conflito direto com as más condições ofertadas aos profissionais. Muitos não dispõem de condições mínimas de assistências como rampas, puxadores, colchonetes em sala de aula, cadeiras especiais entre outros.

As condições humanas também deixam a desejar quanto a recursos humanos, profissionais capacitados e aptos a trabalhar com a educação inclusiva em todas as suas esferas. Não somente o professor em sala de aula tem que estar preparado, mais todo o corpo escolar.

É notório a diferença de atitude quanto ao mestre capacitado e aquele não preparado para a realidade. O professor que passa por capacitação específica da área, encontra-se claramente mais preparado e motivado a enfrentar os desafios da inclusão.

Vemos em contrapartida o profissional não preparado que recebe a criança como que de ‘paraquedas’ e não sabe como agir nem resolver as dificuldades cotidianas. Assim como o professor passa por essas dificuldades, os outros agentes envolvidos também sentem esse reflexo, uma vez que a criança terá contato com todos eles. Desde o zelador, merendeiro, porteiro até a diretora, supervisora e o professor.

O apoio familiar não se torna mesmo importante nesse cenário. A presença da família mostra-se primordial, uma vez que serve de base e de confiança para criança. A criança observada que tem o apoio da família é visivelmente mais tranquila e social. Em contrapartida as que não têm esse tipo de acompanhamento, mostra-se bastante agitada e arredia ao meio inserido.

Outro agravante comumente encontrado nas escolas regulares que dificulta o processo de inclusão é o número de alunos colocados na mesma sala de aula, bem como o espaço físico inadequado para comportá-los. É importante haver na escola ambiente acolhedor que propicie à criança segurança e encorajamento. O professor precisa, assim, saber lidar com as limitações com que é geralmente confrontado no âmbito da escola, procurando maneiras que visem melhorias no ensino.

Apesar do número de alunos por turma, das limitações de recursos e da grande pressão a que estão sujeitos, muitos professores mantêm atitudes positivas, otimistas e



entusiastas. É fundamental que haja na escola uma equipe que dê atenção, apoio emocional e estímulos aos professores. Esta atitude é muitas vezes fator decisivo para um melhor resultado na dinâmica de trabalho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um processo em pleno desenvolvimento, sujeitando de reflexões e especialmente ações concretas para alcançar a práticas eficientes.

Entretanto, é inegável o avanço da educação inclusiva historicamente, conforme reparado pelo presente estudo, a promoção do acesso educacional a todos os indivíduos, a Declaração de Salamanca e a LDB que abriram portas para as pessoas com NEE em prol da inclusão de uma sociedade mais justa. Contudo, é questionável o alcance de tais iniciativas e legislação vigente quando se pretende analisar a qualidade da educação ofertada.

Através da pesquisa é possível reconhecer que para a educação inclusiva acontecer na prática, é necessária a qualidade, eficiência e competência dos gestores educacionais, bem como a disponibilidade de recursos e oferecimento de boa estrutura escolar pelas políticas públicas, pois a educação inclusiva necessita do seu cumprimento, acordado à qualidade que a legislação brasileira oferece.

Observa-se por meio desse artigo que a organização histórica da educação inclusiva no cenário educacional materializou-se a partir da perfilhação da Declaração de Salamanca. Conclui-se ainda a necessidade de análise da capacitação e ensino-aprendizagem da educação inclusiva oferecida contemporaneamente aos alunos com NEE, para que se obtenham agentes transformadores na sociedade brasileira.

O estudo apresentou alguns dados que permitiram uma reflexão sobre os aspectos que têm permeado a inserção do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Os principais resultados apontaram que a educação inclusiva foi vista pelos participantes sob diferentes enfoques, desde definições mais próximas dos princípios de integração até definições mais relativas à educação inclusiva. O discurso da maioria dos participantes evidencia uma posição favorável à inclusão dos alunos com necessidades na educação comum, talvez pelo fato de esse tema está sendo muito discutido e valorizado atualmente no meio acadêmico e social. Docentes e diretores



parecem crer que a educação inclusiva é uma proposta viável, mas que, para ser efetivada, necessita de profundas transformações na política e no sistema de ensino vigente.

Os resultados mostraram que os professores estão cientes de não estarem preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisariam do apoio de especialistas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. P. **A subjetividade de uma escola inclusiva: um estudo de caso**. Brasília, 2005. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. CNE: Brasília, 2001.

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 40.

GIL, M. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo, imprensa oficial. Governo do Estado do São Paulo: 2005

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente na escola**. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2005

MITLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 07



UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: CORDE, 1994

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC– SEF/Seesp, 1998.